



**GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ**  
**DELEGACIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO AMAPÁ - DGPC**  
**DELEGACIA GERAL DE POLÍCIA CIVIL/GABINETE - DGPC/GAB**

**DESPACHO**

Em 02 de junho de 2021

Documento Nº 350101.0077.2328.0016/2021

Interessado(s): NSP/DGPC

Assunto: PEDIDO DE INFORMAÇÃO N.º 000019.350101165/2021

Senhora Chefe,

Trata-se de solicitação do acadêmico **EMERSON DE BARROS DUARTE**, aluno regular da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, com extensa relação de questionamentos a respeito do trabalho da unidade da polícia civil responsável pela apuração de crimes cibernéticos, que serão respondidas conforme aplicáveis à realidade da Polícia Judiciária do Estado do Amapá, desde que não comprometa os métodos de investigação, expondo-os de maneira indevida.

No que diz respeito à criação da Delegacia de Repressão aos Crimes Cibernéticos (DR-CCIBER) foi acrescentada à estrutura da Polícia Civil do Estado do Amapá recentemente, por meio da **Lei Estadual n. 2.507/20**, considerada importantíssima, na medida em que com o avanço do desenvolvimento tecnológico a criminalidade migrou seu foco para o cometimento de crimes cibernéticos, tais como fraudes bancárias, ameaças, *fake news*, injúrias, difamações e calúnias às autoridades por meio de redes sociais, ameaças, cooptação de crianças para fins de pornografia infantil e pedofilia, entre tantas outras modalidades virtuais de infrações penais que nos afligem, as quais demandam conhecimento policial especializado para o seu enfrentamento.

Com a criação da unidade policial especializada, será possível o uso de

técnicas especiais de investigação, empregando tecnologia de alto desempenho, além de treinamento adequado aos servidores Policiais Civis. Assim, plenamente justificável o avanço legislativo nesse sentido.

**Embora criada formalmente por lei no dia 13 de agosto de 2020, a unidade policial ainda não foi implantada de fato**, pois se aguarda o término da construção de sua sede principal. Além disso, não conta com servidores lotados, motivo pelo qual muitas indagações, neste momento, restam prejudicadas, pois dados relativos a atuação da unidade policial não estão disponíveis.

Os crimes que passarão a ser de atribuição da unidade especializada, atualmente, são investigados de maneira descentralizada, por todas as unidades policiais, conforme o local de sua ocorrência ou em razão de alguma qualidade especial da vítima, tais como ocorre nos crimes contra a criança e adolescente, investigados pela Delegacia de Repressão aos Crimes Praticados contra Criança e Adolescente (DERCCA), nos crimes contra o consumidor, investigados pela Delegacia de Crimes contra o Consumidor ( DECCON) e nos crimes contra a Mulher, apurados pela Delegacia Especializada em Crimes contra a Mulher (DCCM).

Atualmente, a Polícia Civil do Estado do Amapá não utiliza nenhum software específico para investigação criminal de crimes cibernéticos, no entanto, já está em andamento o processo de aquisição de programas *Open Source Intelligence - OSINT*, ou seja, pesquisa em fontes abertas, bem como softwares destinados à análise de vínculos e pesquisa em fontes fechadas. Nesse ínterim, as investigações são realizadas utilizando mecanismos de coleta e busca e provas disponíveis pela legislação processual penal, tais como quebra de sigilo de dados telemáticos, interceptação telefônica e telemática, bem como exploração de dados armazenados, seja por meio de ordem de busca e apreensão domiciliar, seja nos termos da Lei n. 12.965/14, ou, ainda, por meio de quebra de sigilo de dados cadastrais.

**Em relação aos dados estatísticos requeridos, anexo-os ao presente expediente, conforme levantamento realizado por este Núcleo Setorial de Planejamento.**

Atenciosamente,

ANTÔNIO UBERLÂNDIO DE AZEVEDO GOMES  
Delegado Geral (DGPC/GAB - DELEGACIA GERAL DE POLÍCIA  
CIVIL/GABINETE)



Cód. verificador: 37907563. Cód. CRC: 1862533

Documento assinado eletronicamente por **ANTÔNIO UBERLÂNDIO DE AZEVEDO GOMES**, DELEGADO GERAL (DGPC/GAB - DELEGACIA GERAL DE POLÍCIA CIVIL/GABINETE), em 02/06/2021 19:31, conforme decreto nº 0829/2018. A autenticidade do documento pode ser conferida no site: <https://sigdoc.ap.gov.br/autenticador>

